

Evolução e desafios das mulheres no agronegócio: um comparativo da sucessão geracional entre 2014 e 2024

RESUMO – Nos últimos anos, a participação das mulheres no mercado de trabalho tem aumentado, mas ainda há espaço para crescimento, especialmente no setor do agronegócio. A sucessão no meio rural, por sua vez, sempre foi influenciada por tradições culturais que costumam favorecer a escolha de um filho homem para assumir os negócios da família. Essa situação justifica a escolha por estudar a condição das mulheres nesse processo sucessório. O objetivo deste estudo é comparar como a literatura científica trata os temas da participação das mulheres no agronegócio e na sucessão geracional nos anos de 2004 e 2014. Busca-se entender se houve uma mudança no conteúdo das pesquisas. Para isso, foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória de publicações em base de dados. Após esse procedimento, foi realizada uma análise de conteúdo clássica nos artigos. Os textos de 2014 discutem a invisibilidade do trabalho feminino, enquanto os de 2024 analisam a participação das mulheres no agronegócio, destacando desigualdades como a disparidade salarial. Além disso, estudos recentes enfatizam o acesso a financiamento como meio de empoderamento feminino. Ambos os estudos destacam a importância do reconhecimento e valorização do trabalho feminino, refletindo a evolução do debate sobre gênero e trabalho ao longo do tempo.

Termos para indexação: trabalho feminino, empoderamento feminino, gênero.

Evolution and challenges of women in agribusiness: a comparison of generational succession between 2014 and 2024

ABSTRACT – In recent years, the participation of women in the job market has increased, but there is still room for growth, especially in the agribusiness sector. Succession in rural areas has always been influenced by cultural traditions that tend to favor the choice of the male child to take over the family business, and this situation justifies the choice to study women's condition in such a scenario. The objective of this study is to compare how scientific literature treats the themes of women's participation in agribusiness and generational succession in the years 2004 and 2014, seeking to understand whether there was a change in the content of the research carried out. To this end, a descriptive and exploratory research was carried out, searching for publications in a database, and, afterwards, a classic content analysis

Manoela da Silva Zuchetto 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: manoelaszuchetto@gmail.com

Kelly Lissandra Bruch 

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.
E-mail: kelly.bruch@ufrgs.br

 Autor correspondente

Recebido em
14/11/2024

Aprovado em
16/10/2025

Publicado em
xx/xx/xxxx

Como citar

ZUCHETTO, M. da S.; BRUCH, K.L. Evolução e desafios das mulheres no agronegócio: um comparativo da sucessão geracional entre 2014 e 2024. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v.42, e27825, 2025. DOI: <https://doi.org/10.35977/0104-1096.cct2025.v42.27825>.

was performed on the articles. The 2014 texts discuss the invisibility of female work, while the 2024 texts analyze women's participation in agribusiness, highlighting inequalities such as the pay gap. Furthermore, recent studies emphasize access to finance as a means of female empowerment. Both studies highlight the importance of recognizing and valuing women's work, reflecting the evolution of the debate on gender and work over the years.

Index terms: women's work, female empowerment, gender.

INTRODUÇÃO

Fomentar, incentivar e simplificar a atividade rural é fundamental para que os agricultores familiares tenham condições de permanecer e crescer na atividade. A diminuição da população rural, associada ao êxodo juvenil e envelhecimento, sugere dificuldades em termos da manutenção da sucessão das propriedades rurais — tema este bastante discutido no meio científico, pois essa sucessão é considerada como fator relevante na reprodução social das unidades familiares (Moreira et al., 2020). Para a continuidade das unidades familiares rurais, essa categoria depende do sucesso no processo de passagem de patrimônio para a geração seguinte e da permanência de, ao menos, um membro da família à frente dos trabalhos, da gestão da propriedade e que, ao mesmo tempo, ampare os pais na velhice (Boscardin & Conterato, 2017).

No contexto geral, as disparidades de gênero no processo sucessório manifestam-se, sobretudo, na divisão sexual do trabalho agrícola e na preferência dos pais em escolher os filhos homens como sucessores (Deere & Léon, 2003; Heredia & Cintrão, 2006; Redin et al., 2013). Essas práticas refletem normas sociais e culturais que favorecem os homens, consolidando um padrão no qual eles ocupam as posições mais valorizadas ou de maior autoridade. Essa preferência pode ser explicada por diversas razões, como a crença de que os homens são mais capazes de assumir o controle das propriedades ou a percepção de que eles podem trazer mais prestígio e segurança econômica para a família (Faria, 1995; Menasche

et al., 1996; Deere & Léon, 2003; Redin et al., 2013; Silva, 2019). Como resultado, é valorizado o trabalho masculino em detrimento do trabalho feminino, sendo delegadas às mulheres aquelas atividades não geradoras de renda, considerando-se estas atividades apenas como “ajuda”, o que termina por gerar a exclusão das mulheres do processo sucessório (Malán, 2016).

Todavia, com o passar dos anos, as mulheres vêm ganhando espaço e vêm podendo demonstrar seu potencial, por meio da sucessão geracional. Lurhs (2016) afirma que muitas filhas têm um grande interesse na agricultura, desenvolvem habilidades na propriedade e consideram viver da agricultura se tiverem a oportunidade. Porém, precisam do apoio dos familiares para dar continuidade na sucessão, podendo, assim, assumir e progredir na execução dessas atividades.

Mesmo que as mulheres venham conquistando seu espaço por meio de movimentos feministas, ocupando cargos de liderança, possuindo papel fundamental na economia rural, contribuindo significativamente com seu trabalho na agricultura e pecuária, em diversas ocasiões, elas acabam não sendo reconhecidas perante a sociedade pelo trabalho produtivo agrícola que realizam (FAO, 2011).

Nesse contexto, e com base no exposto, é apresentado o seguinte problema: como a temática da sucessão geracional no agronegócio tem evoluído na literatura científica? Sendo assim, a presente pesquisa pretende comparar de que forma a literatura científica trata os temas da participação das mulheres no agronegócio e na sucessão geracional nos anos de 2004 e 2014, buscando entender se houve uma mudança no conteúdo das pesquisas.

Este artigo está estruturado em quatro partes; a introdução contextualiza o tema, delineando sua relevância e objetivos; a revisão de literatura oferece um panorama das pesquisas existentes, destacando contribuições significativas; a metodologia detalha os

métodos utilizados na pesquisa, garantindo a transparência e a replicabilidade do estudo, com resultados apresentados de maneira organizada, seguidos por uma discussão que interpreta os achados e, por fim, as conclusões sintetizam os *insights* obtidos e suas implicações.

Analisar comparativamente os estudos dos anos de 2014 e de 2024 possibilita compreender não apenas os avanços, mas também a permanência das desigualdades, oferecendo subsídios para futuras pesquisas e políticas públicas voltadas à equidade de gênero no agronegócio.

REVISÃO DE LITERATURA

Inicialmente, será abordada a participação das mulheres no agronegócio, destacando seu papel vital nas atividades agrícolas e os desafios enfrentados em um setor predominantemente masculino. Nessa seção, estudos que evidenciam as contribuições das mulheres para a produção rural, suas experiências e as barreiras socioeconômicas que limitam seu pleno envolvimento serão examinados. Em seguida, o foco se volta para a questão da sucessão geracional, explorando a preferência por herdeiros masculinos nas propriedades rurais e as implicações dessa escolha para o empoderamento feminino, contribuindo para uma compreensão mais abrangente das desigualdades de gênero no campo.

Mulheres no agronegócio

O agronegócio, segundo Dahmer et al. (2020), começa a abrir espaço para a presença da mão de obra feminina. Dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea/ESALQ-USP) em parceria com a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) indicam que o PIB do agronegócio brasileiro cresceu 24,31% em 2020, mesmo sob os impactos da pandemia, elevando a

participação desse setor no desempenho do PIB total do país de 20,5% para 26,6% (Cepea, 2021). Esse fenômeno destaca não apenas a resiliência do agronegócio, mas também a importância crescente das mulheres na dinâmica produtiva, evidenciando a necessidade de uma maior inclusão e valorização de suas contribuições. Atualmente, a mão de obra feminina é considerada um diferencial. Esse comportamento assegura às mulheres a oportunidade de criarem uma forma própria de gestão feminina, ao invés de se ajustarem ao padrão de gestão masculina, o que evidencia uma forma de gestão distinta (Oliari, 2017).

De acordo com Araújo (2018), as mulheres sempre atuaram no campo, mas nas últimas décadas conseguiram conquistar mais espaço e assumir cargos de liderança no agronegócio brasileiro. Silveira (2020) expõe que muitos são os desafios a serem enfrentados pelas mulheres para o reconhecimento no setor agrícola, mas elas conquistam aos poucos seus espaços e tentam vencer a baixa participação existente nesse cenário.

A presença feminina no agronegócio é cada vez mais significativa, com mulheres atuando em diversas funções, seja dentro da porteira — como produtoras agrícolas e pecuaristas — seja em posições de destaque como executivas em empresas agroindustriais, docentes e pesquisadoras, além de suas inserções em órgãos voltados às questões do *agribusiness* (Cielo et al., 2014). Brígido (2021) verificou que os motivos para essa crescente participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil foram as transformações culturais e o aumento da escolaridade. Contudo, mesmo com níveis de escolaridade superiores em relação aos seus colegas, as trabalhadoras ainda enfrentam a desvantagem de não terem ganhos compatíveis. Dahmer et al. (2020) afirmam que, apesar das mudanças na sociedade, o agronegócio continua a ser um setor predominantemente masculino, especialmente na área de gestão.

Poucas pesquisas exploram a relação entre agronegócio e gênero. Entre elas, o estudo de Silva & Redin (2020) aponta que as mulheres enfrentam obstáculos significativos para ingressar no setor, lidando simultaneamente com uma predominância masculina nas esferas familiar, acadêmica, profissional e até mesmo em seus relacionamentos pessoais.

De forma semelhante, Borges et al. (2021) investigaram se as mulheres no agronegócio são vítimas de discriminação de gênero, e os resultados indicaram que quase metade das participantes relatou sofrer preconceito, independentemente do cargo ocupado ou do nível de escolaridade. Essa realidade é especialmente relevante quando se considera a questão da sucessão geracional, situação em que a preferência familiar e as dinâmicas de poder podem impactar diretamente na participação das mulheres nas atividades agrícolas.

Sucessão Geracional

A sucessão geracional, no contexto histórico, surgiu como um processo predominantemente cultural antes de ser regulamentado por leis específicas. Essa tradição, embora enraizada na prática agrícola, trouxe consequências adversas ao arcabouço legal, resultando na exclusão de certos herdeiros, especialmente mulheres. A transmissão de bens era tradicionalmente legada ao filho mais velho, o que gerava desigualdades e impedia uma sucessão equitativa (Kischener et al., 2015). Essa diferença entre o cultural e o jurídico destaca a necessidade de uma revisão das normas jurídicas para garantir que elas refletissem uma maior diversidade social e promovessem a igualdade entre os herdeiros. Assim, a transformação das práticas culturais por meio da atualização das leis não apenas autoriza direitos, mas também corrige distorções históricas que marginalizaram grupos, reforçando a importância da equidade (Bourdieu, 2002).

A sucessão geracional é definida como a passagem da gestão do negócio, do poder de utilização do patrimônio para as novas gerações, ou seja, uma transferência do controle ou do gerenciamento sobre o uso do patrimônio da família aos filhos sucessores ou à próxima geração, de acordo com Gasson & Errington (1993), Spanevello (2008) e Weisheimer (2009). De acordo com Almeida (2019), tradicionalmente, as propriedades rurais se reproduzem pela passagem da gestão dos negócios e do patrimônio dos pais para os filhos sob a perspectiva da reprodução de longo prazo.

Para que essa transferência ocorra de maneira eficaz, é essencial que a propriedade rural e sua gestão sejam planejadas de forma otimizada. O planejamento não apenas facilita a comunicação entre os envolvidos, mas também minimiza problemas relacionados a suposições, expectativas e pagamentos, além de questões como a aquisição de dívidas e a documentação necessária para a transferência legal de propriedade (IFTN, 2023). Assim, um processo sucessório bem estruturado é vital para evitar conflitos e garantir a continuidade do negócio familiar, promovendo uma gestão eficiente.

Diante das dificuldades de manter os filhos nas propriedades e nos negócios, como sucessores, é preciso incentivar a permanência desses jovens (Matte & Machado, 2016). Geralmente, esse incentivo parte dos pais como forma de garantir a permanência dos filhos, via distintas estratégias. Spanevello (2008) destacam que, para cativar um sucessor, podem ser empregadas estratégias distintas, incluindo bens materiais e simbólicos. Essas questões sugerem que os pais buscam construir a sucessão das suas propriedades, não esperando apenas a decisão de ficar ou sair dos filhos, mas cativando o filho (ou sucessor) para a ocupação agrícola.

No entanto, essa dinâmica é complexa e deve ser comprovada num contexto mais amplo. Pesquisas de Camarano & Abramovay (1998) mostram que a “masculinização” no meio rural

não pode ser encarada como decorrência natural do processo de desenvolvimento. A pesquisa permite concluir que pelo menos duas causas estão associadas à intensidade do êxodo juvenil feminino: a penosidade do trabalho e a expressão da maneira como o poder se distribui no interior da família.

A literatura sobre sucessão geracional tem enfatizado a presença feminina no meio rural, ao mesmo tempo em que problematiza as questões de gênero associadas a esse processo. Breitenbach & Corazza (2020) examinam a presença das mulheres no contexto da sucessão geracional, destacando como as questões de gênero influenciam as decisões sobre a transferência de propriedade e o gerenciamento das atividades rurais. Esses autores revelam que, embora as mulheres desempenhem papel fundamental nas propriedades familiares, sua participação na sucessão é, muitas vezes, negligenciada devido a normas patriarcais. A pesquisa enfatiza a necessidade de políticas que reconheçam e promovam a inclusão das mulheres nas estruturas de sucessão, garantindo que tenham direitos iguais e oportunidades de liderança.

Outros autores, tais como Tasso & Spanevello (2023), abordam o papel das mulheres nas propriedades rurais e a construção da sucessão geracional, destacando de que forma elas não apenas contribuem para a produção, mas também influenciam a gestão e a tomada de decisões. Os autores argumentam que a inclusão das mulheres nas discussões sobre sucessão é crucial para garantir a continuidade das atividades agrícolas e a sustentabilidade das propriedades. A pesquisa sugere que, ao reconhecer a importância das mulheres na sucessão, é possível fortalecer as comunidades rurais e promover um desenvolvimento mais equilibrado.

Monteiro et al. (2023) trazem estudos sobre a transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e na pesca artesanal. Os autores analisam como as práticas de sucessão podem ser diferentes para as mulheres,

considerando suas realidades e desafios específicos. A pesquisa mostra que, apesar das barreiras, muitas mulheres têm conseguido garantir sua participação e herança nos negócios familiares. O estudo conclui que a valorização das experiências e contribuições das mulheres é essencial para criar um ambiente mais justo e equitativo na agricultura familiar e na pesca, entre outros.

As mulheres rurais enfrentam uma série de desafios complexos, os quais podem ser atribuídos a diversos fatores, incluindo a persistência do patriarcado, a divisão sexual do trabalho e as estruturas das teorias de gênero. Esse contexto revela um processo estrutural que molda as condições de gênero, resultando em desigualdades que negam às mulheres oportunidades. Essas barreiras não se limitam apenas ao acesso a recursos e informações, mas também se manifestam nas dinâmicas sociais e nas relações familiares, nas quais, muitas vezes, as mulheres são relegadas a papéis secundários (Marques et al., 2020).

A divisão sexual do trabalho, por exemplo, perpetua a ideia de que determinadas atividades são parcialmente masculinas ou femininas, limitando as opções disponíveis para mulheres. Além disso, o patriarcado cria um ambiente onde as vozes femininas são frequentemente silenciadas, dificultando sua participação plena nas tomadas de decisão que afetam suas vidas e comunidades. Portanto, é crucial refletir sobre e abordar tais questões estruturais a fim de promover a equidade de gênero e garantir que as mulheres rurais possam usufruir de plenas oportunidades de crescimento (Marques et al., 2020).

A falta de perspectiva de sucessão das mulheres resulta em problemas sociais, tais como o envelhecimento e a masculinização no campo, uma vez que, com a saída das jovens, os homens acabam tendo dificuldades para compor uma família, e, como consequência, ocorre uma carência de pessoas para renovação

de capital humano e dificuldade na manutenção da infraestrutura das comunidades rurais (Monteiro et al., 2023). Contudo, a movimentação existente indica, positivamente, o crescimento da importância das questões de gênero no âmbito rural. Historicamente, as decisões sobre os destinos das pessoas têm sido moldadas pelas tradições, fatores naturais e perspectivas técnicas, teóricas e políticas que frequentemente ignoram a dominação masculina e a opressão de gênero. Essas questões são fundamentais para a compreensão da democracia, do desenvolvimento e do bem-estar da sociedade (Villwock et al., 2016).

Em síntese, a literatura evidencia que a sucessão geracional no meio rural continua permeada por desigualdades de gênero que limitam a participação das mulheres, ainda que avanços recentes indiquem mudanças graduais nesse cenário (Deere & León, 2003; Heredia & Cintrão, 2006; Redin et al., 2013). Estudos mais atuais ressaltam que, embora as mulheres venham conquistando maior visibilidade e responsabilidade na gestão das propriedades, persistem barreiras culturais e institucionais que restringem sua plena inserção nos processos decisórios (Breitenbach & Corazza, 2020; Monteiro et al., 2023; Tasso & Spanevello, 2023). Essa constatação reforça a relevância de se aprofundar o debate, analisando de que forma transformações sociais, culturais e jurídicas têm impactado — ou podem vir a impactar — os processos sucessórios (Siliprandi, 2015; Paulilo, 2016). Assim, este estudo busca contribuir para essa discussão ao relacionar os desafios apontados pela literatura com as evidências empíricas da pesquisa, oferecendo subsídios para compreender as mudanças em curso e suas implicações para o futuro do agronegócio.

METODOLOGIA

Neste trabalho, foi realizada uma revisão de literatura a fim de comparar o discurso utilizado em dois momentos específicos: 2014 e 2024. Para

alcançar o objetivo proposto, foi realizada uma análise de conteúdo clássica, a qual se deu a partir da análise dos dados, de forma qualitativa, com foco no aprofundamento dos artigos disponíveis em base de dados. Inicialmente, foi feito um estudo exploratório das palavras-chave, definindo conteúdos mais específicos relacionados ao tema. A seleção dos materiais ocorreu a partir da definição de palavras-chave relacionadas ao tema: “mulheres”, “sucessão geracional”, “gênero”, “rural” e “agronegócio”. Essas palavras foram utilizadas de forma isolada e combinada por meio dos operadores booleanos “AND” e “OR” na base de dados Google Scholar. O processo permitiu identificar artigos que abordassem especificamente a sucessão geracional das mulheres no meio rural.

A seleção desses dois anos específicos visa observar e comparar os estudos atuais com aqueles realizados há uma década. Em 2024, foram identificados 145 materiais, dos quais sete foram selecionados após a filtragem. Já em 2014, foram encontrados 265 materiais, resultando em cinco selecionados. A filtragem foi realizada por meio de critérios próprios, que incluíram a leitura dos títulos, resumos e, posteriormente, dos textos completos, com a exclusão de materiais que não tratavam diretamente da temática. Foram mantidos apenas os artigos que abordavam especificamente a sucessão geracional e as mulheres no meio rural, enquanto trabalhos mais gerais ou tangenciais foram descartados. Os materiais selecionados estão descritos na Tabela 1 abaixo.

As tabelas com os conteúdos extraídos dos artigos foram subdivididas por temas centrais encontrados nos próprios estudos, com a intenção de facilitar o entendimento e esboço das informações.

A revisão da literatura é fundamental não apenas para definir o problema de forma clara, mas também para compreender com precisão o estado atual do conhecimento sobre um tema específico, identificar suas lacunas e avaliar

como a pesquisa contribui para o avanço do saber. Como ressaltam Cardoso et al. (2010), “cada investigador analisa minuciosamente os trabalhos de seus predecessores e, ao assimilar o legado que lhe foi confiado, se prepara para sua própria jornada”.

Complementando essa abordagem, a análise de conteúdo clássica se apresenta como uma técnica de pesquisa qualitativa essencial para interpretar e sistematizar dados textuais, visuais ou sonoros. Essa metodologia permite identificar padrões, temas e significados em um conjunto de dados, facilitando a compreensão do conteúdo e a extração de inferências relevantes.

Autores como Berelson (1952), Bardin (1977) e Krippendorff (1980) fundamentam essa prática, oferecendo diretrizes sobre a definição de objetivos, seleção de material, codificação e interpretação dos dados. Assim, a combinação da revisão da literatura com a análise de conteúdo clássica estabelece a base para o desenvolvimento desta pesquisa, garantindo um entendimento do contexto e contribuindo para a construção de novos saberes.

RESULTADOS

Na análise dos artigos e autores, foram elaboradas tabelas temáticas sobre a participação das mulheres na sucessão geracional no meio rural, que comparam os dados de 2014 com os autores e citações de 2024. Essa comparação permite uma avaliação das diferenças e da evolução dos estudos ao longo de aproximadamente uma década, assim apresentada nas tabelas abaixo.

Os estudos de 2014, sobre dupla jornada e divisão do trabalho (Tabela 2), destacavam a sobrecarga feminina entre atividades domésticas e produtivas, marcada pela persistência de normas patriarcais que restringiam sua autonomia e as mantinham em posição secundária (Buainain et al., 2014; Menezes et al., 2014). Já em 2024, observa-se um deslocamento parcial desse cenário: embora as mulheres ainda enfrentem desigualdades na esfera doméstica, os estudos apontam avanços significativos em sua participação em cooperativas, agroindústrias e movimentos sociais, assumindo papéis de maior protagonismo e

Tabela 1. Materiais dos anos 2014 e 2024.

2014	2024
Texto 1: A questão sucessória nas propriedades rurais familiares no entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann - SC (Milani & Miranda, 2014).	Texto 1: O agro é masculino: discriminação profissional de mulheres no agronegócio (Arantes et al., 2024).
Texto 2: Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul (Deggerone et al., 2014).	Texto 2: Percepção de mulheres sobre sucessão familiar rural no município de Paragominas, estado do Pará (Pontes et al., 2024b).
Texto 3: Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil (Menezes et al., 2014).	Texto 3: Caracterização socioprodutiva de mulheres que atuam no agronegócio na região de Paragominas, estado do Pará (Pontes et al., 2024a).
Texto 4: Migração e sucessão geracional na agricultura familiar sob a perspectiva de comunidade e renda (Kiyota & Perondi, 2014).	Texto 4: Mulheres agricultoras familiares, políticas públicas de crédito e a agenda 2030: desafios na promoção da igualdade de gênero (Almeida, 2024).
Texto 5: O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola (Buainain et al., 2014).	Texto 5: Gênero e herança da terra na agricultura familiar: uma cartografia do sul brasileiro (Bueno & Santos, 2024).
	Texto 6: Sucessão geracional no meio rural: percepção dos filhos em relação aos estilos parentais (Boscardin, 2024).
	Texto 7: Sucessão na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina: educação cooperativa pode fazer a diferença? (Leite & Schuster, 2024).

liderança (Meus & Ethur, 2021). Assim, comparando os dois períodos, nota-se que houve progresso na visibilidade e valorização do trabalho produtivo das mulheres, mas as estruturas de gênero associadas à divisão sexual do trabalho doméstico permanecem como barreira central.

Os estudos de 2024 (Tabela 3) abordam as desigualdades no agronegócio enfatizando a exclusão e o preconceito enfrentados pelas mulheres. Embora se observe um aumento na presença feminina, com maior visibilidade em cargos de gestão, propriedade e empreendedorismo (Maia et al., 2019; Abag, 2022), a análise revela que a estrutura de

poder ainda favorece os homens, perpetuando desigualdades salariais (Cepea, 2018) e dificuldades de acesso a crédito e recursos produtivos, além de reforçar a sobrecarga das mulheres nas esferas familiar, profissional e social (IBGE, 2021).

Já os textos de 2014 (Tabela 3) evidenciam um contexto ainda mais restritivo, no qual as mulheres eram majoritariamente associadas à esfera doméstica e ao papel de coadjuvantes na produção rural, tendo sua atuação vinculada ao casamento ou ao apoio ao trabalho masculino (Segabinazi, 2013; Menezes et al., 2014). Nesse período, predominava a ideia de que a figura

Tabela 2. Principais autores e citações sobre a dupla jornada e divisão do trabalho das mulheres no agronegócio nos anos de 2014 e de 2024.

Dupla Jornada e Divisão de Trabalho	
2014	2024
Texto 2: Conforme Boni (2006), não há disparidade quanto ao trabalho no meio rural, mas as mulheres têm maior responsabilidade com os serviços domésticos. Para Wanderley (2007), os rapazes estão ausentes nos serviços domésticos, já a maioria das moças realiza a dupla jornada: cuidar da casa e trabalhar na unidade produtiva familiar. Texto 3: Às mulheres jovens é, muitas vezes, atribuído o papel do cuidado da casa, da responsabilidade com os irmãos menores e, a depender das condições da família, também o trabalho no campo, principalmente no trato dos animais (Menezes et al., 2014). Texto 3: Assim, os jovens, e principalmente as mulheres, mesmo sendo responsáveis por grande parte do trabalho na agricultura, sempre são tidos como ajudantes e pouco ou nada recebem por este trabalho, sendo este apenas possibilitador do balanço entre trabalho e consumo que dá base à família camponesa (Menezes et al., 2014). Texto 3: As mulheres, em suma, continuam sendo vistas apenas como mantenedoras do espaço doméstico, associadas às atividades com viés caritativo e de cuidados, e, na maioria das vezes, acabam multiplicando sua jornada de trabalho: em casa e na roça. Dessa forma, a vida das jovens no campo ainda é marcada pela invisibilidade e inferioridade de seu trabalho (Menezes et al., 2014). Texto 5: A histórica deficiência de infraestrutura e de serviços sociais nos espaços rurais, que reduziria as oportunidades de ocupação e trabalho para as mulheres jovens e adultas. Essas dificuldades estão enraizadas no preconceito socialmente estabelecido que atribui à mulher a responsabilidade por uma série de serviços domésticos de reprodução social, como cuidar das crianças e das atividades domésticas (Buainain et al., 2014).	Texto 2: Meus & Ethur (2021), em seu trabalho sobre o protagonismo da mulher no campo, observaram que a participação das mulheres nos mais variados âmbitos sociais tem contribuído significativamente no processo de transformação da agricultura familiar. E ainda destacam a tríplice jornada de trabalho encarada pelas mulheres, tanto em atividades reprodutivas, como produtivas, que, por vezes, as sobrecarregam. Os autores lembram ainda que, a ampliação do espaço da mulher no campo é o resultado de lutas dos movimentos sociais organizados e conquistados. Texto 3: Apesar do progresso histórico das mulheres no mercado de trabalho, a divisão sexual ainda persiste, com as mulheres dedicando, em média, o dobro de tempo aos afazeres domésticos em relação aos homens (IBGE, 2021).

Tabela 3. Principais autores e citações sobre estigmas socioculturais no agronegócio nos anos de 2014 e de 2024.

Estigmas Socioculturais no Agronegócio	
2014	2024
Texto 3: Entre as jovens mulheres, além da imagem social que as rotula como ser em formação e sob tutela, atribuída a sua condição juvenil, pesa a cultura patriarcal que molda as relações de gênero e da manifestação da sexualidade e que circunscreve as mulheres ao espaço reprodutivo e privado, sendo este tido em oposição e subordinação ao espaço da produção e do público, naturalizado como de atuação masculina (Menezes et al., 2014). Texto 5: É importante considerar que, como afirma Neder (2008), o trabalho agrícola destinado para o autoconsumo é basicamente constituído por mulheres, cônjuges; com poucas horas de dedicação.	Texto 1: Dentre os setores ocupados majoritariamente por homens, merece destaque o agronegócio. Há alguns estudos sobre a atuação de mulheres neste setor (Pereira et al., 2008; Menezes & Silva, 2016; Szöllösi & Dias, 2017; Oliveira & Serra, 2018; Silva & Redin, 2020; Borges et al., 2021), no entanto, não se observa neles um aprofundamento do debate sobre a desigualdade de gênero. Texto 1: Dentre os poucos estudos que abordam essa questão, pode-se citar o de Szöllösi & Dias (2017), que abordaram a trajetória profissional de mulheres agrônomas, identificando desigualdade de gênero. Texto 1: Barros et al. (2018), igualmente, sinalizam a desigualdade no setor. Porém, como estes estudos não se embasam em estudos de gênero, seus achados têm algumas limitações. Texto 1: Borges et al. (2021) investigaram se as mulheres que atuam no agronegócio são alvo de preconceito em relação a gênero. Os resultados revelaram que pouco menos da metade das entrevistadas alegaram sofrer preconceito de gênero e que este ocorre independentemente do cargo e nível de escolaridade. Texto 1: Menezes & Silva (2016) afirmam que mulheres ocupantes de cargos de gestão no agronegócio buscam legitimar sua atuação por meio da formação e especialização, bem como a assunção do cargo de gestão muitas vezes é consequência de alguma fatalidade, como a morte do pai ou do marido. Texto 1: Hirata & Kergoat (2020) afirmam que o gênero tem um peso relevante nas dinâmicas que envolvem os indivíduos no ambiente de trabalho, favorecendo os homens em detrimento das mulheres. Texto 1: Poucas pesquisas relacionam agronegócio e gênero. Dentre elas, o estudo de Silva & Redin (2020) identifica que as mulheres encontram dificuldades para ingressar no setor e, ao mesmo tempo, vivenciam a forte dominação masculina no seio familiar, no curso de graduação, no ambiente de trabalho e, até mesmo, em seus relacionamentos pessoais. Texto 3: O agronegócio, outrora dominado por homens, tem visto um crescente número de mulheres atuando não só como trabalhadoras, mas também como proprietárias e, mais recentemente, como empreendedoras (Maia et al., 2019). Texto 3: A Associação Brasileira do Agronegócio (Abag, 2022) aponta uma tendência de maior participação das mulheres, indicando que 59,2% delas são proprietárias ou sócias, 30,5% ocupam cargos de diretoria, gerência ou coordenação, e 10,4% são funcionárias e colaboradoras. Apesar do crescimento no número de mulheres atuantes, persistem desigualdades, incluindo a diferenciação salarial em comparação com os homens no mesmo segmento. Embora os rendimentos médios das mulheres tenham aumentado entre 2004 e 2015, a disparidade salarial persiste, evidenciando uma diferença significativa em favor dos homens (Cepea, 2018). Texto 3: A configuração social e econômica do campo se fundamenta na figura masculina como líder e iniciador do negócio, com a mulher frequentemente inserida por meio do casamento (Segabinazi, 2013). Texto 7: Para Abramovay (1998), as relações sociais desiguais e excludentes presentes no interior da agricultura familiar podem ser consideradas como um dos principais fatores responsáveis pela saída das mulheres do campo.

masculina deveria ocupar a posição de liderança no campo (Abramovay, 1998), enquanto a mulher era estigmatizada e mantida à margem das decisões produtivas e políticas. Assim, os estudos de 2014 apontam para a invisibilidade estrutural do trabalho feminino e para estigmas socioculturais que limitavam seu reconhecimento e participação no agronegócio.

A análise de 2014 (Tabela 4) revela que as jovens no campo permanecem invisíveis e subordinadas, sublinhando a necessidade de avanços nas lutas feministas. Em contraste, a análise de 2024 evidencia um progresso na participação feminina no agronegócio. Destaca-se, por exemplo, que a crescente adesão feminina a cursos agrícolas reflete uma mudança de consciência sobre o papel das mulheres nesse setor, sinalizando uma transformação gradual no nível de instrução tradicionalmente baixo no meio rural (Corazza & Breitenbach, 2019). Apesar desse avanço, as desigualdades ainda

constituem uma barreira significativa, exigindo maior reconhecimento e mudanças estruturais para consolidar a inserção efetiva das mulheres no agronegócio.

Ao comparar os estudos de 2014 e 2024 (Tabela 5), observa-se um consenso em relação às desigualdades significativas enfrentadas pelas mulheres no contexto rural, tanto em questões de herança quanto em oportunidades de liderança. No entanto, os textos de 2024 apresentam uma perspectiva mais otimista, sugerindo que as mulheres estão gradualmente conquistando espaço na gestão rural.

A análise de 2014 (Tabela 5) aponta que a falta de sucessão para as mulheres pode incentivá-las a buscar educação, enquanto a análise de 2024 destaca que a educação, por si só, não garante oportunidades iguais. Um aspecto interessante nos estudos mais recentes é o enfoque no acesso a financiamento como uma forma de empoderamento feminino.

Tabela 4. Principais autores e as citações sobre a participação e protagonismo feminino no campo nos anos de 2014 e de 2024.

Participação e Protagonismo Feminino no Campo	
2014	2024
Texto 3: Cada vez mais, o movimento feminista atual vem sendo liderado por mulheres mais jovens, assim como as jovens rurais cada vez mais estão presentes e se fazem representar nas ações e nos organismos de representação dos movimentos sociais rurais e das entidades sindicais (Menezes et al., 2014). Texto 3: De maneira geral, a gente sabe que os movimentos sociais, as mulheres e os jovens conseguiram, em certo sentido, quebrar ou romper com certos padrões culturais, com certos conceitos que reproduzem hierarquias, mas isso precisa avançar — e muito — porque a estrutura ainda é pesada e, na verdade, fragmenta mais do que propriamente permite essa autonomia, liberdade, esta possibilidade da construção de projetos individuais (Menezes et al., 2014).	Texto 2: Nos últimos anos, tem-se observado um crescente interesse na participação de mulheres no agronegócio, especialmente em atividades rurais e na liderança de empreendimentos agrícolas familiares. Essa tendência de participação feminina pode ter um impacto significativo na inovação e sustentabilidade do agronegócio (Brandão et al., 2018). Texto 3: A crescente adesão feminina a cursos agrícolas reflete uma mudança de consciência sobre o papel das mulheres no agronegócio (Corazza & Breitenbach, 2019). Texto 3: O empoderamento feminino no agronegócio é uma realidade transformadora, capaz de aprimorar ambientes profissionais ao promover a diversidade e estimular um desempenho superior (Fieldview, 2022). Esse crescimento da presença feminina no campo está em sintonia com a inovação e a adoção de novas tecnologias, evidenciando o potencial e a resiliência das mulheres nesse segmento (Rossato et al., 2023). Texto 3: Apesar desse avanço, as mulheres em posições de gestão ainda enfrentam desafios, incluindo o estigma de não serem capazes de administrar propriedades rurais (Rossato et al., 2023).

Tabela 5. Principais autores e citações sobre a sucessão e herança das mulheres no agronegócio nos anos de 2014 e 2024.

Sucessão e Herança	
2014	2024
Texto 1: A ausência da possibilidade de as filhas herdarem a propriedade está relacionada com a diferenciação entre o trabalho produtivo e doméstico. As moças não herdam a terra na mesma proporção que os rapazes (Milani & Miranda, 2014). Texto 1: As mulheres, por não serem consideradas socialmente candidatas à sucessão do pai na agricultura, acabam em situação mais vantajosa em relação aos rapazes, sendo mais estimuladas a prosseguir os estudos e até mesmo a completar o terceiro grau (Carneiro, 2005). Texto 1: Para Brumer (2004), a seletividade da migração por idade e sexo pode ser explicada, em grande parte, pela falta de oportunidades existentes no meio rural para a inserção dos jovens, de forma independente da tutela dos pais; pela forma como se dá a divisão do trabalho no interior das propriedades rurais e pela relativa invisibilidade do trabalho executado por mulheres, crianças e jovens; pelas tradições culturais que priorizam os homens às mulheres na execução dos trabalhos agropecuários mais especializados, tecnicizados e especializados e mecanizados, na chefia das propriedades e na comercialização dos produtos; pelas oportunidades de trabalho parcial ou de empregos fora da agricultura para a população residente no meio rural; e pela exclusão das mulheres na herança da terra. Texto 3: Numa pesquisa realizada por Brumer & Spanevello (2008) com jovens dos três estados da região Sul do Brasil, comprovaram-se muitos aspectos verificados em pesquisas anteriores. Um resultado interessante, porém, parece estar nas diferenças observadas entre rapazes e moças na perspectiva de sucessão da propriedade familiar, na intenção de permanecer ou não no meio rural e no investimento em educação. Como concluem as autoras: os jovens do sexo masculino têm maiores chances do que os do sexo feminino de serem sucessores das propriedades familiares no futuro (Brumer & Spanevello, 2008). Texto 3: Cabe salientar que o desinteresse e a desmotivação de segmento expressivo da juventude em reproduzir a sua condição social e a profissão agrícola não deixam de ser influenciados, também, pelo desejo de muitos pais (sobretudo das mulheres) de que os filhos obtenham condição de vida melhor que a deles, principalmente para as moças que, de maneira geral, são excluídas da herança da terra e dos arranjos sucessórios na família, que não veem seu trabalho reconhecido ou remunerado e que, quase sempre, estão ausentes dos processos decisórios e da gestão financeira dos estabelecimentos familiares (Menezes et al., 2014). Texto 3: Deere & León (2002), em pesquisas realizadas em vários países da América Latina, constataram a tendência a uma relativa equidade entre os filhos e as filhas na herança da terra, graças principalmente à legislação que prevê a igualdade de direitos para homens e mulheres. Texto 4: A migração das mulheres motivadas pelo casamento já foi relatada em outros estudos, como Durston (1996, 1998), em que o autor aponta que, como as mulheres dificilmente herdam as terras da família quando há filhos homens, são as mulheres que saem das unidades de produção da família para os estabelecimentos rurais dos maridos ou para constituir uma nova família nos centros urbanos. Texto 5: Assim, no estudo sobre a sucessão geracional, a família, que quase sempre é observada como uma unidade, nesse processo, é observada a partir da posição dos jovens, como pretensos sucessores, e dos pais, como aqueles que seriam sucedidos. Entre os jovens sucessores, é importante a discriminação entre os gêneros, pois o processo ocorre de forma diferenciada entre homens e mulheres (Buainain et al., 2014).	Texto 1: A análise da tipologia de inserção profissional também permitiu constatar que as mulheres são minoria na sucessão geracional (7%). Entretanto, proporcionalmente, o percentual de mulheres sucessoras é maior: dentre os filhos de produtores rurais, o percentual de homens que se tornaram sucessores foi de 16%, e de mulheres, 21%. Tal resultado contradiz, parcialmente, a maioria dos estudos, que aponta que as mulheres têm buscado outras alternativas de inserção profissional no mercado de trabalho ante um processo sucessório que, tradicionalmente, privilegia os herdeiros homens (Brumer, 2004; Brumer et al., 2008; Breitenbach & Corazza, 2020). Texto 2: O sistema de herança sofreu modificações ao longo do tempo, havendo a flexibilização do padrão sucessório. Fica na propriedade quem tiver maior aptidão para o negócio, no entanto, essa flexibilidade tem limite, dado pela necessidade de haver um sucessor. Essa característica do sistema de sucessão permite que a mulher retorne à propriedade com a ausência do sucedido e assuma a responsabilidade da gestão e continuidade das atividades rurais da propriedade (Pontes et al., 2024b). Texto 4: O que observamos é o caráter cultural envolvendo a questão da herança e com ela a indicação da sucessão da terra reafirmando a perspectiva patriarcal, a qual devota o homem como o mais apto a dar sequência ao trabalho na terra para a manutenção da família. Reafirma-se um modelo de propriedade e de estereótipo de família e, por conseguinte, de forma de controle da produção (Almeida, 2024). Texto 5: A herança, que deveria ser regida pela igualdade preconizada pelo Código Civil brasileiro, revela, na prática, uma realidade distinta. A desigualdade de gênero na posse da terra está arraigada em aspectos patriarcais. A preferência masculina na escolha dos herdeiros perpetua a exclusão das mulheres da posse efetiva da terra. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 destacam essa disparidade, evidenciando a predominância masculina na herança de terras na agricultura familiar da região Sul do Brasil. As mulheres enfrentam obstáculos significativos para competir de maneira equitativa com os irmãos na sucessão, resultando em uma participação marginal na posse da terra (Bueno & Santos, 2024). Texto 5: A autora ressalta que o “valor família” é a base para que todos os envolvidos aceitem a divisão da herança, ou seja, “o que se estabelece dentro dos limites familiares deve ser respeitado e acatado por aqueles que se reconhecem (e são reconhecidos) como integrantes desse grupo” (Carneiro, 2001, p.24). Desse modo, em geral, é escolhido um dos filhos a herdar e dar continuidade ao estabelecimento familiar. Vale ressaltar que as filhas dificilmente conseguem esse posto se tiverem irmãos, normalmente elas são influenciadas a vender de maneira simbólica suas partes da herança para que seja registrada de maneira legal, perante a lei, a propriedade no nome do sucessor. Uma outra prática é o incentivo às filhas para estudarem na cidade e deixarem o campo, uma vez que não cabe a elas a sucessão (Bueno & Santos, 2024). Texto 5: São muitos os motivos que levam os homens e as mulheres a não suceder os pais e, conseqüentemente, não herdarem os estabelecimentos familiares. Contudo, devemos destacar que, ainda nos dias atuais, vivemos em uma ordem patriarcal de gênero que impõe dificuldades ainda maiores para as mulheres, por isso acreditamos serem problemáticas as pesquisas que estudam os processos de sucessão sem realizar os recortes de gênero (Bueno & Santos, 2024).

Os textos de 2024 (Tabela 6) oferecem uma análise mais ampla das desigualdades de gênero no agronegócio, reconhecendo avanços na participação das mulheres, mas ressaltando barreiras persistentes, como desigualdade salarial, ausência de remuneração em propriedades familiares e dificuldades de acesso a cargos de liderança e à terra (Fernandes, 2019; Arantes et al., 2024; Bueno & Santos, 2024; Pontes et al., 2024a). Dados do IBGE (Atlas..., 2017) mostram que, apesar do crescimento da presença feminina na gestão, apenas uma pequena parcela dos estabelecimentos rurais é chefiada por mulheres.

Já os estudos de 2014 (Tabela 6) traziam um enfoque distinto: destacavam que, embora alcançassem maior escolaridade, as mulheres eram mais atraídas pelo setor urbano, enquanto os homens permaneciam no campo devido às exigências produtivas familiares (Camarano & Abramovay, 1998). Assim, enquanto em 2014 a análise se concentrava nas trajetórias educacionais e migratórias que afastavam as mulheres do meio rural, em 2024 ela se expande para questões estruturais ligadas a sucessão, remuneração e reconhecimento social.

Enquanto os estudos de 2014 (Tabela 7) discutem a migração das mulheres para as cidades em relação à masculinização do campo, os textos de 2024 focam mais na estrutura do trabalho dentro das propriedades e na evolução da liderança feminina.

O papel crescente das mulheres no agronegócio destaca como a evolução reflete as mudanças culturais e educacionais mencionadas por Brígido (2021). Esse aumento na escolaridade e nas oportunidades de liderança é fundamental, mas a literatura, conforme Dahmer et al. (2020) e Borges et al. (2021), aponta que as mulheres ainda enfrentam desafios relacionados à desigualdade salarial e à discriminação de gênero. Assim, parece que apenas o aumento do nível educacional não foi suficiente para posicionar as mulheres em igualdade de condições.

Breitenbach & Corazza (2020) e Tasso & Spanevello (2023) reforçam que as práticas de sucessão geracional evoluíram. Todavia, historicamente a presença feminina foi ignorada nesse processo. A conexão entre essa exclusão e as estruturas patriarcais que limitam o papel das mulheres no agronegócio impede que muitas mulheres conquistem posições de liderança e possam participar de maneira justa da sucessão nas propriedades familiares.

Ao analisar as diferenças entre os estudos de 2014 e 2024, observa-se não apenas o crescimento da participação feminina no agronegócio, mas também uma mudança no modo como essa presença é reconhecida. Em 2014, predominavam análises que evidenciavam a invisibilidade do trabalho feminino, a migração para áreas urbanas e a dificuldade em acessar a herança ou cargos de decisão.

Já em 2024, os estudos ampliam o foco para questões estruturais, como a desigualdade salarial, a presença ainda limitada em espaços de poder e os avanços obtidos por meio de políticas públicas específicas, como o Pronaf Mulher. Assim, percebe-se que, embora as mulheres tenham conquistado maior visibilidade e assumido gradualmente papéis de liderança, persistem barreiras simbólicas e institucionais que revelam a necessidade de maior equidade nos processos sucessórios e na gestão das propriedades rurais.

CONCLUSÃO

Com o passar dos anos, é notória a evolução e inserção das mulheres no agronegócio. Pode-se observar esse crescimento inclusive nas universidades, onde é possível encontrar cada vez mais mulheres nos cursos das áreas de ciências agrárias. Apesar do crescimento das pesquisas sobre as mulheres no agronegócio, ainda persistem lacunas relevantes, sobretudo quanto à forma como elas vivenciam os processos de sucessão e herança,

Tabela 6. Principais autores e citações sobre a desigualdade de gênero das mulheres no agronegócio nos anos de 2014 e de 2024.

Desigualdade de Gênero	
2014	2024
Texto 5: Deve-se também considerar o fato de as mulheres alcançarem maior grau de escolaridade do que os homens. Enquanto os homens são, muitas vezes, forçados a abandonar a escola para se dedicarem às atividades profissionais, sobretudo aos ofícios em suas unidades produtivas familiares, as mulheres alcançam uma escolaridade mais elevada e acabam sendo mais atraídas pelas atividades terciárias nas áreas urbanas (Camarano & Abramovay, 1998).	Texto 1: Ao contrário de estudos anteriores, essa pesquisa identifica que a diferença de remuneração está relacionada à dificuldade de ascender aos cargos mais elevados e aponta que, mesmo ocupando cargos idênticos, as mulheres recebem salários inferiores aos dos homens. Ademais, em contrapartida a estudos prévios, essa pesquisa estabelece uma relação entre escolaridade e remuneração e demonstra a inexistência dessa relação, sobretudo para as mulheres (Arantes et al., 2024). Texto 1: Todavia, ao observar que o trabalho das mulheres nas propriedades familiares ocorre concomitantemente ao desempenho de outras atividades profissionais e que a maioria não recebe remuneração pela atividade relativa à sucessão, descortina-se um quadro no qual as mulheres, apesar de sua atuação como sucessoras, não têm as mesmas oportunidades que os homens. Isso evidencia outros tetos de vidro acima das cabeças femininas, além daqueles tradicionalmente descritos pela literatura (Vaz, 2013; Fernandes, 2019). Texto 2: A sucessão familiar tem sido historicamente marcada por uma desigualdade de gênero significativa, especialmente no que diz respeito aos direitos das mulheres do campo (Hirata, 2010). Texto 2: Por muitos anos, as mulheres enfrentaram barreiras culturais, sociais e legais que restringiram seu acesso à gestão dos negócios agrícolas familiares e, consequentemente, ao direito de sucessão familiar (Brandão et al., 2018). Essa disparidade resultou em uma distribuição desigual de poder e tomada de decisões, com as mulheres frequentemente relegadas a papéis secundários nas propriedades rurais (Pontes et al., 2024a). Texto 2: O trabalho rural pressupõe que os homens são mais preparados para assumir a posição de liderança, haja vista a penosidade do labor. Essa característica do trabalho tipicamente masculino serviu como justificativa para que as mulheres não fossem consideradas “aptas” a exercer o papel de líderes das suas propriedades e responsáveis pela produção do empreendimento agrícola (Pontes et al., 2024b). Texto 2: As questões de gênero na gestão das fazendas também sofreram mudanças. A participação das mulheres na direção dos estabelecimentos cresceu 18,7%, em 2017, se comparado ao Censo Agropecuário anterior referente ao ano de 2006. Embora haja aumento da participação feminina na gestão das propriedades rurais, ainda é pequena a sua atuação; estima-se que no Brasil existem 5,07 milhões de estabelecimentos rurais e que somente 947 mil são geridos por mulheres (Atlas..., 2017). Texto 5: Em uma pesquisa sobre sucessão familiar no Oeste Paranaense, com 150 casais associados ao Lar Cooperativa Agroindustrial em 2020, Vedana et al. (2020, p.155) constataram que, “[...] mesmo com a quantidade média de filhos de ambos os sexos praticamente igual, o número médio de possíveis sucessores do sexo masculino é superior ao feminino, indicando certo viés de gênero aos processos sucessórios”. Texto 5: É evidente a desigualdade, mulheres e homens não possuem o mesmo acesso à terra, não possuem a mesma abertura à sucessão. E não evidenciar isso é mascarar a realidade e contribuir para a manutenção desse sistema desigual e opressor (Bueno & Santos, 2024). Texto 5: Em uma pesquisa sobre o processo de tomada de decisão e sucessão na agricultura familiar do Sul brasileiro, Matte & Machado (2016, p.147) apontaram que “[...] entre os principais fatores que influenciam a tomada de decisão dos jovens em não serem sucessores estão: dificuldade em obtenção de terra, baixa renda, ausência de incentivo e estímulo dos pais, comparação entre os meios urbano e rural, penosidade das atividades produtivas, impossibilidade de constituir novas famílias, desigualdade de gênero, acesso ao estudo e expectativa profissional”. Texto 6: Conforme Breitenbach & Corazza (2020), as mulheres são largamente ignoradas e recebem menos incentivos dos pais.

Tabela 7. Principais autores e citações sobre as oportunidades e desafios das mulheres no campo nos anos de 2014 e de 2024.

Oportunidades e Desafios no Campo	
2014	2024
Texto 1: Os produtores foram questionados se alguém da família tem vontade de residir na cidade, e assim 42,8% afirmam que sim, da mesma forma 42,8% que não. Ressalta-se o depoimento do entrevistado 033 que afirma: “no meio rural está difícil de encontrar esposa”, esse depoimento evidencia uma realidade atual do meio rural em que é cada vez mais difícil aos homens encontrarem mulheres dispostas a viver no meio rural. Isso ocorre por vários motivos, dentre eles pelo incentivo dos pais para as filhas mulheres migrarem para a cidade em busca de melhores oportunidades e também pelo fato de que as filhas na maioria das propriedades não são vistas como possíveis sucessoras. Esse cenário ocasiona o fenômeno vivido pelo entrevistado conhecido como masculinização do meio rural (Milani & Miranda, 2014). Texto 3: No caso das mulheres, muitas vezes o desejo de permanecer no espaço rural não é só para a produção agrícola, tem que ter condições também para que essas jovens tenham a possibilidade, o apoio, as condições, não só de turismo rural, mas de abrir negócios e serviços no espaço rural que beneficiem a vida no campo (Menezes et al., 2014). Texto 3: Se conseguirmos que o grupo familiar, como um todo, defenda as questões específicas da juventude ou das mulheres, teremos certamente a garantia da união de forças e não a geração de mais conflitos (Menezes et al., 2014). Texto 5: O fato de os procedimentos de transmissão do patrimônio familiar entre as populações de agricultores familiares rurais usualmente excluírem a mulher da condição de herdeira potencial dos bens e, fundamentalmente, da terra. Com poucas perspectivas de se estabelecerem profissionalmente no interior da unidade de produção familiar, muitas jovens abandonam a residência rural em busca de melhores oportunidades econômicas nas cidades (Buainain et al., 2014). Texto 5: Em função da etapa de transição demográfica, os jovens são os que mais vêm deixando o meio rural e, entre esses, é preponderante a participação das mulheres (Camarano & Abramovay, 1998).	Texto 1: A chamada sucessão geracional (Gasson & Errington, 1993) tradicionalmente prioriza os herdeiros homens (Brumer et al., 2008). Como consequência dessa desigualdade, as mulheres têm menos motivação para perpetuar as atividades produtivas nas propriedades rurais familiares (Matte et al., 2019; Botelho & Almeida, 2020). Texto 1: Na maioria dos casos, as mulheres produtoras rurais assumem o “escritório”; enquanto os maridos ou pais ficam responsáveis pela produção e comercialização. Às mulheres também é destinado o trabalho doméstico, além do desenvolvimento de atividades secundárias, como o cuidado de animais e hortas. Faltam-lhes oportunidades no meio rural. A forma como ocorre a divisão do trabalho nas propriedades destina-lhes os trabalhos considerados menos importantes. (Brumer, 2004). Texto 2: Faria et al. (2019) afirmam que as mulheres, apesar de praticarem o processo de sucessão no meio rural, devem buscar mais informações sobre esse tema, pois muitas vezes não possuem conhecimento da importância do papel que exercem, tanto dentro da família, como no âmbito educacional dos possíveis sucessores. Texto 2: A presença crescente da liderança feminina tem impulsionado a inovação e a sustentabilidade no setor do agronegócio. Com acesso à educação e capacitação, as mulheres têm conquistado posições de liderança e participado da sucessão rural, em que assumem o controle de negócios familiares. Esse fenômeno não apenas impulsionou a economia local, mas também promoveu a equidade de gênero e a inclusão social (Pontes et al., 2024b). Texto 3: O Censo Agropecuário 2017 do IBGE identificou um marco expressivo, com 947 mil mulheres gerenciando propriedades rurais em um universo de 5,07 milhões, concentrando-se principalmente nas regiões Nordeste (57%), Sudeste (14%), Norte (12%), Sul (11%), e Centro-Oeste (6%) (Atlas..., 2017). Essa presença histórica das mulheres na gestão rural é destacada por Rossato et al. (2023), que ressaltam a forte relação entre as mulheres e suas propriedades, não apenas como um negócio, mas como um ponto central em suas vidas e culturas, é comum se encontrar à frente das atividades e comando de suas fazendas mulheres, quer sejam elas mães, quer avós. Texto 3: Há uma percepção distinta entre homens e mulheres na condução dos negócios, em que os homens são frequentemente percebidos como mais seguros e confiantes em suas posições, enquanto as mulheres precisam constantemente justificar suas decisões e conhecimentos na gestão (Marques & Pierre, 2020). O Censo Agropecuário de 2017 do IBGE apontou quase um milhão de mulheres responsáveis pela gestão de propriedades rurais, representando 18,7% do total de gestores (Atlas..., 2017). Texto 4: Com relação às mulheres mais jovens, o estudo de Santos (2017) referente à sucessão geracional no COREDE Rio da Várzea e do Médio Uruguai aponta que a presença de políticas públicas como o Pronaf está entre os cinco fatores mais citados no favorecimento à permanência dos jovens no meio rural. Ainda, segundo o trabalho de Senou & Manda (2022), realizado em países africanos, o acesso ao recurso financeiro, via financiamento, aumenta a probabilidade de empreendedorismo jovem em 15,2%, em média.

os obstáculos enfrentados para alcançar posições de liderança, as barreiras impostas por estigmas de gênero no meio rural e os impactos da sobrecarga de responsabilidades produtivas e familiares em sua trajetória profissional.

A pesquisa atingiu o objetivo do estudo, que era comparar como a literatura científica trata os temas da participação das mulheres no agronegócio e na sucessão geracional nos anos de 2014 e 2024, evidenciando que em 2014 o foco estava principalmente na escolaridade, migração para áreas urbanas e invisibilidade do trabalho feminino, enquanto em 2024 o debate se ampliou para questões estruturais como desigualdade salarial, acesso à terra, participação em cargos de liderança e reconhecimento social. Com as tabelas, análises e comparações, é possível compreender algumas dessas mudanças e a evolução das mulheres no agronegócio.

Com os resultados, evidenciou-se a necessidade de um maior reconhecimento e valorização do trabalho feminino. Os dois anos pesquisados podem refletir a evolução do debate sobre gênero e trabalho ao longo dos anos, com um reconhecimento crescente das contribuições das mulheres no agronegócio. No entanto, as desigualdades persistem, especialmente em relação à sucessão geracional. O desafio agora é garantir que as mudanças sociais se traduzam em oportunidades concretas e iguais para todos os gêneros, promovendo um ambiente mais equitativo no campo.

As duas análises oferecem uma visão abrangente e interligada das questões de gênero na agricultura familiar. Enquanto em 2014, a ênfase estava nas barreiras e desigualdades enfrentadas pelas mulheres, o ano 2024 revela um movimento em direção à mudança, com um foco maior nas conquistas e nas políticas – como o Pronaf Mulher, uma linha exclusiva de financiamentos para as mulheres –, que podem ajudar a promover a equidade. Essa evolução no discurso é significativa e indica que, embora muitos desafios permaneçam, há um reconhecimento crescente da importância do papel das mulheres no setor rural.

Ao concluir esta pesquisa, observa-se que, apesar do aumento no número de estudos na área, ainda há espaço para novas investigações. É interessante analisar o papel atual das mulheres no agronegócio, seu impacto na economia e na cultura, nas questões que abordam a economia da propriedade, na multifuncionalidade delas e como o papel da mulher tem corroborado isso. A exploração mais aprofundada de temas como a sucessão geracional ainda é tímida e merece maior atenção. É fundamental observar o crescente número de mulheres em cargos de liderança no agronegócio e compreender se elas se sentem incluídas de forma igualitária. Assim, esta pesquisa contribuirá para futuras investigações mais aprofundadas sobre o tema.

Uma reflexão sobre os próximos dez anos, com base no exposto, pode considerar: o impacto da inclusão feminina – como a promoção de políticas para a equidade de gênero poderia transformar o agronegócio e a sucessão geracional, fortalecendo a sustentabilidade rural; mudança nas dinâmicas de liderança – a tendência de uma gestão mais inclusiva e colaborativa, possível com maior inclusão feminina, pode gerar benefícios para a inovação e eficiência; e incentivos à permanência das mulheres no meio rural – com a saída de jovens mulheres impactando a demografia rural, o desenvolvimento de iniciativas que incentivem sua permanência e liderança pode ser crucial para o futuro das comunidades agrícolas.

O desafio na próxima década será transformar esse reconhecimento crescente em condições concretas de equidade, assegurando às mulheres não apenas presença, mas também poder efetivo nos processos de sucessão e gestão rural.

REFERÊNCIAS

- ABAG. Associação Brasileira do Agronegócio. **Relatório de atividades**. São Paulo, 2022.
- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998.

- ALMEIDA, J.P.F. **Mulheres agricultoras familiares, políticas públicas de crédito e a agenda 2030: desafios na promoção da igualdade de gênero.** 2024. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria, Palmeira das Missões.
- ALMEIDA, A.P.E. de. Um olhar sociológico sobre as estratégias adotadas por mulheres para a dinamização da economia familiar no meio rural na zona da mata Mineira. **Brazilian Journal of Development**, v.5, p.2080-2094, 2019.
- ARANTES, C. da S.C.; LEMOS, A.H. da C.; MEDINA, G. da S.; CRUZ, J.E. O agro é masculino: discriminação profissional de mulheres no agronegócio. **Cadernos EBAPE.BR**, v.22, e2023-0067, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120230067>.
- ARAÚJO, N.F. **Mulheres lutam para liderar e conquistar reconhecimento no agronegócio.** 2018. Disponível em: <<https://sfagro.uol.com.br/mulheresagronegocio/>>. Acesso em: 11 mar. 2021.
- ATLAS do espaço rural brasileiro: estrutura fundiária. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977. 225p.
- BARROS, G.S.C.; CASTRO, N.R.; GILIO, L.; SOUZA JUNIOR, M.L.; MORAIS, A.C.P.; ALMEIDA, A.N. **Mulheres no Agronegócio**, v.1, p.5-13, 2018. Edição especial. Disponível em: <[https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres no agro_FINAL\(3\).pdf](https://www.cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/Mulheres%20no%20agro_FINAL(3).pdf)>. Acesso em: 29 set. 2025.
- BERELSON, B. **Content Analysis in Communications Research.** New York: Free Press, 1952.
- BONI, V. Gênero: o doméstico e o produtivo na agroindústria familiar. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais.** Quito: Alasru, 2006.
- BORGES, G. da R.; BEURON, T.A.; NOTARI, M.B.; REZENA, G.V. A existência de preconceito de sexo no trabalho: uma abordagem com trabalhadoras no agronegócio. **Gênero**, v.21, p.47-65, 2021.
- BOSCARDIN, M. **Sucessão geracional no meio rural: percepção dos filhos em relação aos estilos parentais.** 2024. 95p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.
- BOSCARDIN, M.; CONTERATO, M.A. As mudanças nos padrões sucessórios e suas implicações no destino das propriedades entre agricultores familiares no norte do Rio Grande do Sul. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.25, p.671-695, 2017. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v25n3-9>.
- BOTELHO, M.G.L.; ALMEIDA, R.H.C. Juventude rural e sucessão geracional em comunidade rural da Amazônia Oriental. **Revista Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v.13, p.1-29, 2020. Disponível em: <<https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/126>>. Acesso em: 29 set. 2025.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRANDÃO, J.F.; PAULI, J.; BILHAR, A.; TOMASI, M. Liderança feminina em empresas do agronegócio. **Revista Negócios em Projeção**, v.9, p.158-172, 2018.
- BREITENBACH, R.; CORAZZA, G. Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: questões de gênero na sucessão geracional. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.16, p.413-428, 2020. Disponível em: <<https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5889>>. Acesso em: 29 set. 2025.
- BRIGIDO, A.C. **Combate a desigualdade de remuneração entre homens e mulheres no Brasil.** 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/18438>>. Acesso em: 5 jun. 2022.
- BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, v.12, p.205-227, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100011>.
- BRUMER, A.; PANDOLFO, G.C.; CORADINI, L. Gênero e agricultura familiar: projetos de jovens filhos de agricultores familiares na Região Sul do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO: CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 8., 2008, Florianópolis. **Anais.** [Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina], 2008.
- BRUMER, A.; SPANEVELLO, R. **Jovens agricultores familiares da região Sul do Brasil.** Porto Alegre: [s.n.], 2008. Relatório de pesquisa.
- BUAINAIN, A.M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J.M. da; NAVARRO, Z. (Ed.). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola.** Brasília: Embrapa, 2014.
- BUENO, C.T.; SANTOS, R.A. dos. Gênero e herança da terra na agricultura familiar: uma cartografia do sul brasileiro. **Revista ANPEGE**, v.20, p.1-27, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5418/ra2024.v20i41.17925>.
- CAMARANO, A.A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. **Revista Brasileira de Estudos da População**, v.15, p.45-65, 1998.
- CARDOSO, T.; ALARCÃO, I.; CELORICO, J. **Revisão da literatura e sistematização do conhecimento.** Porto: Porto Editora, 2010.
- CARNEIRO, M.J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, v.9, p.22-55, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000100003>.

CARNEIRO, M.J. Juventude rural: projetos e valores. In: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**: análise de uma perspectiva nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p.243-261.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Participação das Mulheres no Agronegócio Brasileiro**. São Paulo, 2018.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB-Agro /CEPEA**: com avanço de 24,3% no ano, PIB Agro alcança participação de 26,6% no PIB brasileiro em 2020. Piracicaba: ESALQ/USP, 2021. Disponível em: <<https://www.cepea.esalq.usp.br/br/releases/pib-agro-cepea-com-avanco-de-24-3-no-ano-pib-agro-alcanca-participacao-de-26-6-no-pib-brasileiro-em-2020.aspx>>. Acesso em: 29 set. 2025.

CIELO, I.D.; WENNINGKAMP, K.R.; SCHMIDT, C.M. A participação feminina no agronegócio: o caso da Coopavel – Cooperativa Agroindustrial de Cascavel. **Revista Capital Científico-Eletrônica**, v.12, p.1-18, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5935/2177-4153.20140004>.

CORAZZA, G.; BREITENBACH, R. Gênero e sucessão rural: perspectivas das estudantes de ciências agrárias. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 9., 2019, Santa Cruz do Sul. **Processos, políticas e transformações territoriais**: anais. Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, 2019.

DAHMER, I.A.; DAHMER, R.S.R.; DAHMER, I.A. Empoderamento das mulheres no agronegócio. In: SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 28, 2020. ODS: 5 - Igualdade de Gênero. **Inteligência artificial**: a nova fronteira da ciência brasileira. Disponível em: <<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaocohecimento/article/view/18368/17102>>. Acesso em: 14 maio 2021.

DEERE, C.D.; LÉON, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, v.5, p.100-153, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000200005>.

DEERE, C.D.; LEÓN, M. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

DEGGERONE, Z.A.; LAROQUE, L.F. da S.; BARDEN, J.E. Agricultura familiar: o trabalho dos jovens na gestão e reprodução de um modo de vida na região Alto Uruguai, Rio Grande do Sul. **Boletim Goiano de Geografia**, v.34, p.367-379, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/bgg.v34i2.31737>.

DURSTON, J. Comparative international analysis of rural youth policy in developing countries: coping with diversity and change. In: COOK, J.F. (Ed.). **Expert Consultation on Extension Rural Youth Programmes and Sustainable**

Development. Rome: FAO, 1996. p.45-63. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/w1765e/w1765e08.htm>>. Acesso em: 29 set. 2025.

DURSTON, J. **Juventud y desarrollo rural**: marco conceptual y contextual. Santiago de Chile: CEPAL, 1998. 41p. (Serie Políticas Sociales, 28).

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of Food and Agriculture 2010-11**: Women in agriculture: closing the gender gap for development. Rome, 2011. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/013/i2050e/i2050e.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2024.

FARIA, M.R. de; FERREIRA, W.P.M.; FERREIRA, S.M.N.; SALTON, A. Responsabilidade social da mulher na sucessão da cafeicultura na região das matas de Minas Gerais. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.15, p.141-154, 2019. Edição especial.

FARIA, N. **Gênero como marco conceitual para entender a opressão das mulheres**. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista, 1995.

FERNANDES, B.P.M. Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? **Cadernos de Campos**, n.26, p.79-103, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/12951>>. Acesso em: 27 mar. 2024.

FIELDVIEW. **Mulheres na agricultura**: 15 profissionais exemplares do agro. 2022. Disponível em: <<https://blog.climatefieldview.com.br/mulheres-na-agricultura>>. Acesso em: 26 out. 2023.

GASSON, R.; ERRINGTON, A. **The farm family business**. Wallingford: CAB International, 1993.

HEREDIA, B.M.A. de; CINTRÃO, R.P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, v.9, p.1-28, 2006. DOI: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i8.1443>.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres. **Política & Trabalho**, v.53, p.22-34, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.50869>.

HIRATA, H. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v.6, p.1-7, 2010. DOI: <https://doi.org/10.3895/rts.v6n11.2557>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. 2.ed. Rio de Janeiro, 2021. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n.38).

IFTN. **International Farm Transition Network**. Disponível em: <<https://www.farmtransition.org/>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

KISCHENER, M.A.; KIYOTA, N.; PERONDI, M.A. Sucessão geracional na agricultura familiar: lições apreendidas em duas comunidades rurais. **Mundo Agrário**, v.16, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.org.ar/pdf/magr/v16n33/v16n33a07.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2025.

KIYOTA, N.; PERONDI, M.A. Migração e sucessão geracional na agricultura familiar sob a perspectiva de comunidade e renda. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Goiânia. **Heterogeneidade e suas implicações no rural brasileiro**: anais. Goiânia: Sober, 2014.

KRIPPENDORFF, K. **Content analysis**: an introduction to its methodology. London: Sage, 1980.

LEITE, J.G.; SCHUSTER, T.M. Sucessão na agricultura familiar do Oeste de Santa Catarina: educação cooperativa pode fazer a diferença? **Grifos**, v.33, p.1-22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.22295/grifos.v33i61.7301>.

LURHS, D.E. Consider the daughters, they are important to family farms and rural communities too: family-farm succession. **Gender, Place and Culture**, v.23, p.1078-1092, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/0966369X.2015.1090405>.

MAIA, F.S.; GIELDA, J.J.; MAIA, T.S.T. Empreendedorismo feminino na produção rural: um estudo no oeste catarinense. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v.4, p.186-231, 2019. Edição especial: Facetas do Empreendedorismo.

MALÁN, I. **La sucesión generacional en la fruticultura familiar de la región sur del Uruguay**: una mirada desde la perspectiva de género y generaciones. 2016 (Tesis de Maestría) — Universidad Autónoma de Madrid, Madrid; Universidad Nacional de San Martín, San Martín. Disponível em: <https://ri.unsam.edu.ar/bitstream/123456789/105/1/TMAG_EPYG_2016_Ml.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

MARQUES, F.A.; PIERRE, C.F. A mulher no agronegócio. In: JORNADA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DA FATEC DE BOTUCATU, 9., 2020, São Paulo. **Anais**. Botucatu: [Faculdade de Tecnologia de Botucatu], 2020.

MARQUES, T.G.; TEIXEIRA, A.B.M.; GONÇALVES, L.A.O. As mães pouco escolarizadas como suporte para jovens da roça terem acesso e permanecerem no ensino superior. **Educação em Revista**, v.36, e203268, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698203268>.

MATTE, A.; MACHADO, J.A.D. Tomada de decisão e a sucessão na agricultura familiar no sul do Brasil. **Revista de Estudos Sociais**, v.18, p.130-151, 2016. DOI: <https://doi.org/10.19093/res.v18i37.3981>.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R.M.; LAGO, A.; ANDREATTA, T. Agricultura e pecuária familiar: (des)continuidade na reprodução social e na gestão dos negócios. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.15, p.19-33, 2019.

MENASCHE, R.; TORRENS, J.C.S.; ESCHER, M.S.; BARGUIL, S.R. **Gênero e agricultura familiar**: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba: DESER - CEMTR/PR, 1996.

MENEZES, M.A. de; STROPASOLAS, V.L.; BARCELLOS, S.B. (Org.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Brasília: Presidência da República, 2014. (Coleção Juventude. Série Estudos, 1).

MENEZES, R.S.S.; SILVA, F.D. Trabalho e identidades de gênero de gestoras de organizações do agronegócio em Minas Gerais. **Revista Brasileira de Estudos Organizacionais**, v.3, p.127-144, 2016.

MEUS, A.G.A.; ETHUR, L.Z. O protagonismo da mulher e sua representatividade no desenvolvimento local da agricultura familiar. **Revista Conexão UEPG**, v.17, e2117327, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5212/Rev.Conexao.v.17.17327.26>.

MILANI, R.; MIRANDA, C.R. de. A questão sucessória nas propriedades rurais familiares no entorno do Parque Estadual Fritz Plaumann - SC. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2014, Goiânia. **Heterogeneidade e suas implicações no Rural Brasileiro**: anais. [Brasília]: Sober, 2014.

MONTEIRO, E.P.; SANTOS, M.A.S. dos; MARTINS, C.M.; BRABO, M.F.; ARAÚJO, J.G. de; LOPES, M.L.B. Transmissão geracional de mulheres na agricultura familiar e pesca artesanal. **Revista de Gestão e Secretariado**, v.14, p.13083-13108, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i8.1880>.

MOREIRA, S. da L.; SPANEVELLO, R.M.; BOSCARDIN, M.; LAGO, A. Estratégias paternas para a manutenção da sucessão geracional em propriedades rurais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.28, p.413-433, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-7>.

NEDER, H.D. Estrutura do mercado de trabalho agrícola no Brasil: uma análise descritiva da evolução de suas categorias entre 1995 e 2006. In: BUAINAIN, A.M.; DEDECCA, C. (Coord.). **Trabalho e emprego na agricultura brasileira**. Brasília: IICA, 2008. p.156-182. (Desenvolvimento Rural Sustentável, 9).

OLIARI, T.B.P. O comportamento estratégico na gestão feminina de organizações rurais: um estudo empírico. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 20., 2017, São Paulo. **Anais**. São Paulo: FEAUSP, 2017. p.1-16. SEMEAD 2017.

OLIVEIRA, K.H.; SERRA, M.M.P. Mulheres, tempos e espaços na ciência agropecuária paulista. **Revista Ártemis**, v.25, p.203-218, 2018.

PAULILO, M.I. O peso do trabalho leve. **Revista Estudos Feministas**, v.24, p.47-63, 2016.

PEREIRA, A.N.; MACHADO, V.L.; VILAS BOAS, A.A. A inserção feminina no mercado de trabalho do agronegócio: um estudo comparativo da Sadia e da Perdigão. **Organizações**

Rurais & Agroindustriais, v.10, p.23-34, 2008. Disponível em: <<https://www.revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/view/89>>. Acesso em: 29 set. 2025.

PONTES, A.P.I.; ALENCAR, K.R. de C.; LOPES, M.L.B.; ARAÚJO, J.G. de; COSTA, D.L.P.; BRABO, M.F.; SANTOS, W.M. dos; SANTOS, M.A.S. dos. Caracterização socioprodutiva de mulheres que atuam no agronegócio na região de Paragominas, estado do Pará. **Revista de Gestão e Secretariado**, v.15, p.1-29, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i7.3839>.

PONTES, A.P.I.; ALENCAR, K.R. de C.; SOUZA, S.M. de; MONTEIRO, E.P.; ARAÚJO, J.G. de; LOPES, M.L.B.; BRABO, M.F.; SANTOS, M.A.S. dos. Percepção de mulheres sobre sucessão familiar rural no município de Paragominas, estado do Pará. **Contribuciones a Las Ciencias Sociales**, v.17, p.1-29, 2024b. DOI: <https://doi.org/10.55905/revconv.17n.2-381>.

REDIN, E.; SILVEIRA, P.R.C. da; GUIMARÃES, G.M.; SANTOS, V.F. dos. Juventude rural e novas formas de sociabilidade mediadas pelas TICs. **Signos do Consumo**, v.5, p.225-244, 2013. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-5057.v5i2p225-244>.

ROSSATO, A.; ZONATTO, P.A.F.; DALLA NORA, L.D. Mulheres gestoras: os principais desafios da liderança feminina no agronegócio. **Saber Humano**, v.13, p.58-83, 2023. DOI: <https://doi.org/10.18815/sh.2023v13n23.626>.

SANTOS, A. dos. **Sucessão geracional na agricultura familiar nos COREDES Médio Alto Uruguai e Rio da Várzea/RS**: a ótica dos jovens que fizeram a sucessão. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) – Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul. 2017. 79p. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/179953/001063384.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 set. 2025.

SEGABINAZI, G.G.T. **A inserção da mulher no Agronegócio**. 2013. 39p. Projeto de Pesquisa (Especialização) – Faculdade Antônio Meneghetti, Recanto Maestro.

SENOU, M.M.; MANDA, J. Access to finance and rural youth entrepreneurship in Benin: Is there a gender gap? **African Development Review**, v.34, p.29-41, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/1467-8268.12623>.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

SILVA, B.R.; REDIN, E. Lugar de mulher é onde ela quiser: os desafios das mulheres no mercado de trabalho dos agronegócios. **Revista Estudo & Debate**, v.27, p.158-180, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22410/issn.1983-036x.v27i3a2020.2531>.

SILVA, M.R. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Brazilian Journal of Development**, v.5, p.2095-2105, 2019.

SILVEIRA, D.M. **A gestão sob a perspectiva feminina**: atuação e desafios de liderar empresas no setor comercial do agronegócio no município de Cachoeira do Sul -RS. 2020. Disponível em: <https://repositorio.uergs.edu.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/1430/_artigo_final_daniela_silveira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 maio 2022.

SPANEVELLO, R.M. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar**. 2008. 236p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

TASSO, C.G.; SPANEVELLO, R.M. O papel das mulheres nas propriedades rurais e a construção da sucessão geracional. In: COLÓQUIO NACIONAL, 5.; INTERNACIONAL DE PESQUISAS EM AGRONEGÓCIOS, 1., 2022, Palmeira das Missões. **Resumo expandido**. Palmeira das Missões: Universidade Federal de Santa Maria, 2023.

SZÖLLÖSI, T.D.; DIAS, M.S. de L. Trajetória socioprofissional da mulher na agronomia: uma questão de renda e da satisfação profissional. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v.10, p.5-27, 2017. DOI: <https://doi.org/10.3895/cgt.v10n36.7664>.

VAZ, D.V. O teto de vidro nas organizações públicas: evidências para o Brasil. **Economia e Sociedade**, v.22, p.765-790, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0104-06182013000300007>.

VEDANA, R.; ARENDS-KUENNING, M.P.; SHIKIDA, P.F.A.; GARCIAS, M. de O. Cooperativismo, empoderamento feminino e transição geracional no oeste do Paraná: um estudo de caso na Lar Cooperativa Agroindustrial. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, v.23, p.149-159, 2020. Edição Especial Agricultura. DOI: <https://doi.org/10.38116/brua23art11>.

VILLWOCK, A.P.S.; GERMANI, A.R.M.; RONCATO, P.E. dos S. Questões de gênero no mundo rural e na extensão rural brasileira. **Revista Alamedas**, v.4, p.1-17, 2016. DOI: <https://doi.org/10.48075/ra.v4i1.13526>.

WANDERLEY, M. de N.B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, M.J.; CASTRO, E.G. de (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p.21-34.

WEISHEIMER, N. **A situação juvenil na agricultura familiar**. 2009. 330p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.